

Sousa Pinto e Beleza pressionam PS a negociar a reforma laboral

Dirigentes socialistas aconselham José Luís Carneiro a “salvar” a reforma laboral na Assembleia da República

Será um pensamento minoritário no PS, mas existe: os socialistas devem entrar em diálogo com o Governo, “de boa-fé”, para avançar com a reforma laboral. É isso que defendem os socialistas Sérgio Sousa Pinto e Álvaro Beleza, com o primeiro a apontar que “a UGT não manda no PS” e o segundo a considerar que “uma parte do PS e até da UGT foram contaminados pelo vírus neomarxista da geringonça”.

Na CNN Portugal, o dirigente e ex-membro do secretariado do PS confessou ter ficado “muito decepcionado” com o resultado das negociações da concertação social, lamentando que o país seja “atavicamente e culturalmente inimigo da mudança”.

Sérgio Sousa Pinto deu o exemplo do banco de horas e do *outsourcing* como áreas onde considera que seria possível e desejável se ter chegado a acordo, esperando que o PS agora “assuma a sua responsabilidade”.

“O PS, da mesma forma que não manda na UGT, a UGT também não manda no PS. O PS terá que, julgo eu e espero que o faça, participar de boa-fé [nas negociações com o Governo]”, defendeu o ex-deputado no programa *Contrapoder*. Para



Secretário-geral do PS, José Luís Carneiro, vai ter que tomar posição sobre leis laborais no Parlamento

Ex-deputado Sérgio Sousa Pinto lembrou que alterações ao Código de Trabalho feitas por António Costa não foram à concertação social

Sousa Pinto, os socialistas devem participar nas reuniões com o Governo “sem imaginar” que são “uma espécie de braço político-parlamentar da UGT”.

“Não há nenhuma razão para que [o PS] não revise a Agenda para o Trabalho Digno. Porque as alternativas, as soluções e as diferenças e mudanças que os tempos podem reclamar não significam que o PS passe a adoptar a agenda para o trabalho indigno; é preciso ter essa abertura de espírito”, realçou, apelando a um esforço de “boa-fé” da parte dos socialistas e que não sejam o “megafone da UGT” em São Bento.

Já em entrevista à *Renascença*, Álvaro Beleza também lamentou a

falta de acordo na concertação social. O também dirigente socialista considerou que este desfecho “é mau para o futuro do país” e que é “absolutamente necessária mais flexibilidade” nas leis do trabalho.

“Vírus neomarxista”

Do ponto de vista do médico que preside à Associação para o Desenvolvimento Económico e Social (SEDES), “a geringonça contaminou algum PS e alguma UGT” com o “vírus neomarxista”. E olha para fora para fazer valer o seu argumento: “Até o Deng Xiaoping percebeu que para ter economia pujante tem de ser com economia de mercado, propriedade privada e um sistema capitalista. Se não fosse assim, não tinham saído da miséria 500 milhões de chineses, 500 milhões de indianos. Parece que alguma esquerda, nomeadamente em Portugal, não percebeu.”

Olhando para o futuro, Beleza vê que o secretário-geral José Luís Carneiro “é um homem moderado e tem tido” abertura para a negociação da lei laboral.

“O PS ou se assume como um partido a pensar o futuro, que tem o melhor do liberalismo político e económico e o melhor do socialismo ou não auguro muito de bom, porque os jovens hoje, como se percebe, são mais liberais nos costumes e na economia, mas também são da sustentabilidade, do ambiente”, argumentou. **PÚBLICO**



PCP desafiado a aprovar voto de pesar por Carlos Brito

O BE apresentou ontem um voto de pesar no parlamento pela morte do histórico dirigente do PCP Carlos Brito, lembrando-o como um “defensor da renovação da prática e do pensamento da esquerda” e “da convergência das forças progressistas”.

Neste projecto de voto entregue na Assembleia da República, o deputado único do BE, Fabian Figueiredo, recorda que a resistência de Carlos Brito à ditadura “custou-lhe a liberdade”, tendo sido preso três vezes pela PIDE, estando oito anos na prisão e vivido os últimos anos do Estado Novo entre o exílio em França e a clandestinidade”.

“Após a Revolução, foi eleito para a Assembleia Constituinte e exerceu o mandato de deputado em seis legislaturas consecutivas, entre 1976 e 1991, liderando a bancada parlamentar do PCP ao longo de quinze anos e marcando o debate político com palavra firme, cultura e sentido republicano”, referem os bloquistas.

O histórico dirigente do PCP morreu no passado dia 7 de Maio aos 93 anos.

Numa breve nota enviada “a pedido de vários órgãos de comunicação social”, o PCP recordou o percurso antifascista e a “contribuição na Revolução de Abril” de Carlos Brito, apesar das “conhecidas diferenças e distanciamento político”.

“Sem prejuízo das conhecidas diferenças e distanciamento político, registamos em Carlos Brito o seu percurso antifascista e a sua contribuição na Revolução de Abril, nomeadamente no plano parlamentar”, lê-se.

Carlos Brito foi suspenso pelo PCP em 2002 por defender um congresso extraordinário após a derrota eleitoral do PCP nas autárquicas de 2001. Integrou a ala dos “renovadores” contra os ortodoxos. **Lusa**

BE insiste nos estudos sobre identidade de género

Filipe Santa-Bárbara

Depois de PSD, CDS-PP e Chega terem travado audições e o acesso a documentos sobre os projectos de lei da autodeterminação de género elaborados pelos serviços da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG) e que o PÚBLICO noticiou a 18 de Abril, o Bloco de Esquerda volta a insistir com novos requerimentos no Parlamento. Desta vez, para audição da secretária da Estado Adjunta e da Juventude e da Igualdade, bem como o acesso aos documentos - desta vez pedidos à secretária de Estado, mas também a própria CIG.

Conforme o PÚBLICO escreveu, os serviços técnicos da CIG fizeram quatro pareceres sobre os projectos de lei sobre autodeterminação de género,

por pedido escrito da chefe de gabinete da ministra Margarida Balseiro Lopes. No entanto, esses documentos não foram aqueles que foram enviados à Assembleia da República quando a notícia foi conhecida, mas antes uma nota técnica.

Numa resposta enviada ao Parlamento, esta semana, o gabinete da ministra da tutela, Margarida Balseiro Lopes, informou que “não tem qualquer outro documento” e “nem tem conhecimento de quaisquer outros elementos distintos dos que foram oportunamente transmitidos”. Ou seja, esses mesmos documentos - críticos dos projectos de lei do PSD, CDS-PP e do Chega - não terão chegado ao ministério, apesar de terem sido escritos pelos técnicos da CIG.

Em resposta ao PÚBLICO, em Abril,

o gabinete de comunicação da instituição respondeu que “entendeu a CIG que o documento enviado à tutela, tendo em conta a sua estrutura e conteúdo, servia o propósito subjacente à sua elaboração, não lhe tendo



A ministra da Juventude, Margarida Balseiro Lopes, continua a ser pressionada pelo BE

sido solicitado pela tutela qualquer ajuste ou informação complementar”. No entanto, não foi dada qualquer explicação sobre o facto de os serviços da própria CIG terem feito pareceres e que não foram esses os

documentos que chegaram às mãos dos deputados.

Questionada novamente pelo PÚBLICO, a CIG não respondeu até ao fecho desta edição sobre se confirma que foi a presidente Carina Quaresma quem tomou a decisão e como justifica o facto de os pareceres terem sido transformados numa nota técnica.

Por esse motivo, o deputado Fabian Figueiredo entregou agora três novos requerimentos no Parlamento, em nome da “necessidade imperiosa de transparência e fundamentação técnico-científica no processo legislativo”, prevenindo-se nova discussão na comissão parlamentar. Os requerimentos visam a audição da secretária de Estado Carla Rodrigues, bem como o acesso aos documentos.